

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

“ Todos bem. Vanda espera cegonha antes do dia 26. abraços Zéca”

(A Greve Nacional dos Bancários em 1946 no Estado do Rio Grande do Sul)

Mário Augusto Correia San Segundo*

Resumo : O presente artigo trata sobre a greve nacional dos trabalhadores bancários em 1946 no estado do Rio Grande do Sul. Tentou-se, através desta análise, perceber aspectos da consciência de classe e da cultura associativa que levaram parte dos trabalhadores brasileiros a colocarem-se em movimento no pós-guerra. A greve foi organizada a partir de comitês locais e sindicatos, contou com a participação expressiva de mulheres e foi fortemente marcada por mobilizações de rua e debates na imprensa. No RS a greve ocorreu em 36 cidades. O movimento caracterizou-se pelo legalismo, na tentativa de conquistar os mais variados setores da sociedade para se posicionarem a favor dos trabalhadores e do direito de greve que estava sendo reconquistado “na marra”, após a ditadura do Estado Novo.

Palavras-chave: Trabalhadores – Greves – Bancários.

Abstract : Le sujet de cet article est la grève nationale des employés de banque en 1946 dans l'état du Rio Grande do Sul. L'objectif, à travers cette analyse, est de comprendre des aspects de la conscience de classe et de la culture associative qui ont mené une partie des travailleurs brésiliens à se mettre en mouvement lors de l'après guerre. La grève fut organisée à partir de comités locaux e syndicaux, compta avec la participation significative de femmes e fut fortement marquée par la mobilisation de la rue et de débats dans la presse. Dans le Rio Grande do Sul, la grève se déroula dans 36 villes. Le mouvement se caractérisa par le légalisme dans la tentative de conquérir les secteurs les plus variés de la société pour se positionner en faveur des travailleurs et du droit de grève qui était en phase de reconquête après la dictature de l'Etat Nouveau.

Keywords : Travailleurs – Grève - Employés de banque

Introdução

“ Todos bem. Vanda espera cegonha antes do dia 26. Abraços Zéca.” Este foi o aviso, recebido através de um telegrama, pelos bancários porto-alegrenses, para que fosse desencadeada a greve nacional dos trabalhadores bancários em 1946. Queria dizer: “Negociações até agora sem resultados, a greve deverá ser iniciada dia 24.” Esta greve, que durou 20 dias entre 24 de janeiro e 12 de fevereiro daquele ano, ocorreu no período da “redemocratização” do Brasil após a ditadura de Vargas e em um momento no qual o direito de greve não era reconhecido.

O presente artigo é resultado da monografia de conclusão do curso de graduação em História na Universidade Federal de Pelotas. Devido ao interesse pelos aspectos da

* Mestrando em História, UFRGS.

consciência de classe e da cultura associativa que levou parte dos trabalhadores brasileiros a colocarem-se em movimento durante o período corriqueiramente denominado como “populista”, pretendeu-se analisar através da greve nacional dos trabalhadores bancários de 1946, como esses elementos ocorreram na categoria profissional no estado do Rio Grande do Sul(RS).

Este estudo foi feito a partir de fontes encontradas em cinco órgãos de imprensa diferentes. A greve foi bastante divulgada e acompanhada pela mídia nacional e gaúcha, deixando um vasto rastro de matérias sobre a movimentação, entrevistas com dirigentes, militantes de base, e boletins informativos do próprio comando de greve, publicados de forma integral, pela imprensa de Porto Alegre(POA). Se usou para a pesquisa matérias da revista comunista Libertação; jornais Correio do Povo(CP) e Diário de Notícias(DN), ambos de POA; e os jornais Diário Popular(DP) e Opinião Pública(OP) da cidade de Pelotas.

Quanto à opção de se utilizar como objeto de estudo uma greve para entender elementos constitutivos de pelo menos parte da classe trabalhadora, se pode evocar os argumentos de que não é possível pesquisar o cotidiano e a cultura operária, deixando de fora suas instituições e lutas coletivas ou individuais, estimuladas pela ação do movimento operário.

Não se pode perder de vista que a história operária é a história da formação de uma classe, história, portanto, de experiências e ações comuns e coletivas. Associações, partidos, greves, formas mais ou menos institucionalizadas do movimento são, pois, elementos constitutivos deste objeto e não podem ser simplesmente descartados pela historiografia..(PETERSEN, 1997: 65)

Nestes mesmos sentidos parece trabalhar Beatriz Loner, que ao comentar pesquisas desenvolvidas sobre a história do movimento operário gaúcho nas primeiras décadas do século XX, afirma que nos momentos de greve se evidencia a conformação de posições de grupos sociais em relação uns aos outros e a respeito da importância dos trabalhadores na sociedade.

A própria percepção do papel e importância do operariado na sociedade é continuamente forjada e recriada durante esses momentos de conflito maior, no qual a classe não mais se dirige apenas a seu patrão, individualmente, mas inscreve suas exigências no espaço público, frente ao conjunto das demais classes e do governo. (LONER, 2001: 66)

Portanto, pode-se afirmar que há no particular elementos do todo, e é também através disso que este estudo de caso pode contribuir com elementos que constituíram o todo da consciência e ação da classe trabalhadora durante o período.

A greve nacional dos bancários de 1946

A situação financeira em que se encontravam os bancários, não se diferenciava muito da do conjunto dos trabalhadores no pós-guerra, pois sofriam profundo arrocho salarial. Do ponto de vista dos direitos trabalhistas da categoria, as seis horas de trabalho diários e as férias de quinze dias eram freqüentemente desrespeitadas, além disso, para trabalhar em um banco eram feitas exigências que não correspondiam ao salário pago. Para ser bancário, era necessário passar em concurso com provas de português, matemática, datilografia, contabilidade, ter o curso secundário, usar traje social e ter provas de bons antecedentes, entre outros requisitos.

A organização dos bancários em 1946 era bastante elevada. Possuíam uma tradição de lutas que datava da década de 30, quando se organizaram comissões por locais de trabalho em várias partes do país. (KAREPOVS, 1994). Em 1946 as comissões sindicais tiveram importante função na mobilização e organização para a greve (MATTOS, 2003: 49).

A pauta de reivindicações da greve era composta por sete itens. Entre estes os principais eram a assinatura do decreto do salário profissional, criação de quadros, com critério para promoções, não desconto dos dias parados e que nenhum bancários sofreria demissão, coerção, transferência ou outra (CP, 27/01/1946: 20).

Esta foi também a primeira greve de impacto nacional após 1945 em que o sindicato da categoria assumiu seu papel dirigente, assimilando a posição dos trabalhadores em lutar por suas reivindicações (COSTA, 1999: 99). Sendo fundamental para a reconquista do direito de greve por parte dos trabalhadores, pós ditadura.

A greve no RS

A ação de militantes que acabou por desencadear a greve, foi bem mais ampla e anterior a sua deflagração. As 35 entidades que participavam da Comissão Paritária no RJ, diante da possibilidade de terem que apelar para uma greve, se anteciparam, realizando um sistema de troca de dirigentes no qual o sindicalista de uma entidade ficava responsável por passar algum tempo em outra, afim de ajudar na preparação da greve.

No dia 21 ocorreu uma passeata em POA, pedindo o apoio do executivo estadual aos bancários. Este movimento foi chamado de “visita coletiva”, deixando bem claro o seu caráter pacífico de tentativa de convencimento da opinião pública e de se salvaguardar da repressão policial violenta à greve. Logo após, os manifestantes dirigiram-se para a frente do jornal Correio do Povo quando solicitaram apoio da imprensa, fechando uma costura que iria

ser importante para o sucesso do movimento não só no Estado mas no país inteiro (CP, 22/01/1946: 7).

Em Pelotas, com o intuito de garantirem o bom andamento do movimento, uma das primeiras ações de Comissão Reguladora que coordenou a greve na cidade foi a de visitar a delegacia de polícia, a prefeitura e o posto do MTIC para salientar que a greve “era um movimento disciplinado e pacífico”(DP, 26/01/1946: 6).

Estas ações que prepararam a greve, em relação a instrumentos do Estado e a imprensa geraram frutos, pois por um lado inibiu a ação repressiva logo de saída declarando que as intenções eram totalmente dentro dos marcos da ordem ao mesmo tempo que pedia apoio dos governantes aos trabalhadores.

A deflagração da greve em POA já era certa na noite do dia 23, pois haviam recebido telegrama em código que indicava o início da greve para o dia 24. Na mesma noite, uma comissão de bancários foi à sede do jornal CP para informar que, em face das últimas notícias, que nenhum avanço nas negociações nacionais havia ocorrido durante o dia, a Comissão Coordenadora da Greve (CCG/RS) havia decidido aderir a greve. A greve rapidamente se espalhou pelo interior do Estado atingindo ao final do movimento 36 municípios.

No RJ, SP e em POA os sindicatos estiveram a frente das mobilizações, já em Pelotas temos um exemplo diferente. No dia 25, o sindicato foi procurado para ser comunicado da decisão da assembléia, e dia 26 a Comissão Reguladora publicou uma nota na imprensa afirmando que a diretoria do sindicato não tinha responsabilidades por nada do que tinha sido articulado até o momento, sendo esta atropelada pelas bases que aderiram a greve e tomaram a sua sede, utilizando-a durante toda o período.

O CCG/RS foi formado com dois representantes de cada banco envolvido, que coordenavam a greve na capital e passavam orientações para o interior do estado. Alguns municípios enviaram representantes para que ficassem em contato direto com a CCG/RS repassando as orientações para a cidade, como foi o caso de Caxias (DN, 30/01/1946: 7).

Sobre a adesão à greve as conclusões que podem ser tiradas das fontes, é a de que o funcionamento da maioria dos bancos foi garantido devido a ação de funcionários de altos escalões que efetuaram o atendimento ao público, a exemplo do que aconteceu no centro do país. Elemento interessante foi de que, na maioria das cidades do interior, as paralisações nos bancos privados eram totais e quando isso não aconteceu, causou espanto pela falta de solidariedade dos que trabalhavam, bem mais do que espantou em POA em que os “furões”, foram tratados, na maioria das vezes, com pedidos tranquilos de adesão à greve.

Não se tem notícias da organização de piquetes, pelo menos nos moldes clássicos quando um grupo de piqueteiros impede a entrada dos trabalhadores no local de trabalho à força, se for necessário. O momento não era propício a este tipo de ação, pois poderia ter sido visto como atitude anti-democrática e autoritária por parte dos grevistas que estavam se esforçando para demonstrarem o caráter pacífico e ordeiro da greve.

Tem-se informações de dois tipos de ação nos locais de trabalho, que são a passagem de comissões nos bancos, entregando documentos e conversando com os colegas, requisitando a adesão destes a greve, e a aglomeração de militantes nas portas dos bancos pedindo para que os funcionários não entrassem para trabalhar. Esta segunda ação é a que mais se parece com um piquete, porém não se tem nenhuma notícia no estado de qualquer incidente ocorrido em virtude do uso da força por parte do movimento, para o impedimento do trabalho. Os meios utilizados para o convencimento eram outros. “Na frente dos bancos aglomeraram-se massas de paredistas convidando os colegas a aderirem e colocando cartazes escrito ‘fechado por greve.’”(CP, 25/01/1946: 5)

Várias matérias que dão conta do dia-dia das sedes dos sindicatos em POA, Pelotas e Caxias, sempre falam que estavam cheios de grevistas que formavam verdadeiras assembleias permanentes. Em POA os bancários se dividiam em várias comissões para a realização de tarefas. A sede do Sindicato tornou-se o ponto de referência e de sociabilidade, reencontrada após as intervenções federais em suas direções. Esta aglomeração de grevistas também foi ativa na construção de passo a passo da greve, pois foi na sede do sindicato que se geraram as ações mais importantes para o movimento.

Uma comissão importante, que se constituiu no segundo dia da greve, foi a de finanças, que servia para organizar a campanha de arrecadação de dinheiro de entidades e populares que apoiavam a greve, afim de auxiliar os grevistas em maiores dificuldades e para cobrir os altos gastos do movimento. Esta comissão recebeu doações dos mais variados setores como comércio, indústrias, entidades de trabalhadores, culturais e também de pessoas que, ao passar pela rua, eram abordados pelos homens-sanduíches. Estes, segundo a imprensa, eram um espetáculo à parte, pois circulavam de lado a lado na rua dos Andradas(Rua da Praia) com cartazes alusivos à greve acompanhados de “senhoritas bancárias”, arrecadando contribuições financeiras em leiteiras (DN, 2/2/1946, 2).

A comissão financeira foi basicamente organizada por mulheres bancárias, que eram minoria entre a categoria, e que tiveram destacado papel na greve, tanto na comissão de finanças, como na comunicação, porém não se teve registro de alguma mulher na coordenação do movimento. Para se ter uma idéia, na cidade de Pelotas, dos 67 trabalhadores bancários

com carteira de trabalho assinada, nesse período, apenas 11 eram mulheres, isso corresponde a 16,42%¹. Os comunicados da CCG/RS e as reportagens dos jornais, várias vezes fizeram menção a marcante presença feminina na organização da greve, ocasionando, inclusive, uma mudança na linguagem, rara até hoje em dia, pois em vários documentos redigidos pelos grevistas, se lia “Bancários e bancárias”.

Além das finanças, tiveram ação destacada nas radiodifusões, feitas através das rádios Gaúcha e Farroupilha para todo o interior do estado, lendo textos que escreviam e dirigindo-se aos “companheiros e companheiras” do interior, solicitando a manutenção ou a adesão a greve (CP, 27/1/1946: 4) (CP, 29/1/1946: 12).

Para a comunicação, os bancários utilizaram o telégrafo e as rádios com bastante intensidade, passando os informes sobre o movimento nacional e orientações de como proceder na implantação diária do movimento. Os boletins do CCG/RS eram publicados em alguns jornais e transmitidos pelas Rádios, além de panfleteados entre a categoria. Em POA foram cedidos espaços na programação, quatro vezes ao dia, para as notícias sobre a greve, além de inserções em outros programas que tratavam sobre o assunto. Em Pelotas foi cedido um espaço na programação da Rádio Pelotense que era chamado de “Hora do Puxa-saco” que ia ao ar todos os dias. Em Caxias do Sul, um transmissor de rádio foi instalado dentro da sede do sindicato pelo qual se transmitiam músicas e notícias sobre o movimento. Através destes meios, se travaram importantes batalhas contra os banqueiros que, jogando informações em espaços pagos na mídia, tentavam desmobilizar o movimento.

A relação dos grevistas com a imprensa também foi fundamental para explicar o sucesso do movimento. Desde o primeiro momento eles dirigiram-se aos meios de comunicação, privilegiando o acesso destes a informações sobre o movimento, o que gerou uma certa simpatia da imprensa pela greve que foi amplamente divulgada com documentos do CCG/RS transcritos completamente e com espaços cedidos gratuitamente em Rádios comerciais de renome na capital e no interior.

Através destes elementos pode-se ter uma noção mais ampliada a respeito da ação dos bancários durante o período da greve em que se percebe que houve uma intensa participação de parte da base do sindicato ajudando a construir o cotidiano da greve. Uma adesão que, se não pode ser medida, está longe de parecer a ação de uma cúpula grevista sem base. É bom lembrar que para isso não ocorreram piquetes e nenhum tipo de incidente

¹ Agradeço a Paulo Luiz Crizel Koschier, o acesso a estes dados, que fazem parte de sua pesquisa para o trabalho de conclusão do Curso de Especialização em História do Brasil na UFPel, cujo o título será “Perfil dos Trabalhadores pelotenses na década de 1940 a partir das informações contidas nas fichas de qualificação da DRT-RS”. Documentação que está à disposição no NDH-UFPel(Núcleo de Documentação Histórica).

violento. Isso possibilitado, provavelmente, por uma unidade mínima de olhares sobre a situação, e, por que não dizer, uma consciência de classe que se salientou no decorrer dos dias em que a greve acontecia, se refazendo na convivência entre grevistas na ação a cada momento.

Conclusões

Em relação a consciência de classe pode-se perceber uma coesão, no sentido de pensarem a sua ação conjunta para realizarem uma greve por ganhos econômicos através de um ganho político bem definido, que era derrotar os banqueiros através da adesão e apoio público à greve para conquistar a pauta de reivindicações.

A coesão da categoria se salientou quando os próprios grevistas caracterizaram os banqueiros e os colegas que não participaram do movimento, pois desta identificação do antagonista, que é rico através da exploração e dos seus “puxa-sacos”, surgiu a figura do “o bancário,” aquele e aquela que não só trabalhavam em agências bancárias mas que participavam da classe compactuando de seus anseios e na coletividade buscando as soluções para os seus problemas. E através das necessidades de terem maior salário e maior garantia de estabilidade, surgiu a identificação com o conjunto da classe trabalhadora brasileira, que em sentido inverso, organizada em alguns setores ou, em não raros casos, individualmente, apoiaram a greve e se empolgaram com ela pois esta representou os anseios da classe naquele momento e não apenas o da categoria bancária.

Quanto à “consciência legal” destes trabalhadores pode-se dizer que esta existiu, mas pouco vinculada a legislação trabalhista do governo Vargas. As declarações dos grevistas estão longe de serem pela busca da efetivação das leis trabalhistas brasileiras, mas são carregadas de conteúdo legalista quando evocam leis internacionais para justificarem o direito de greve, a conquista do salário profissional de outras categorias para justificar o pedido do seu, quando disputam a legitimidade do aumento devido a carestia do custo de vida e a alta lucratividade dos banqueiros, entre outros. Tem-se uma busca de argumentos dentro da legalidade para justificarem uma exigência de melhoria das condições de vida, mas pelo menos neste caso não se percebe muito o recurso ao uso da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em si como vai ser percebido por John French e outros em alguns casos no mesmo período.

As atividades grevistas foram bastante marcadas pelo legalismo de suas ações. Entende-se isso como uma opção política derivada da conjuntura de saída de uma ditadura, que poderia voltar, pois os setores que a implementaram estavam ainda no poder, e uma

reintrodução do país aos trâmites democráticos, algo que havia sido plenamente requisitado pelo próprio movimento operário. Então parece que a posição assumida neste momento foi a de construir uma maneira de negociação através de greves, que girava em torno do debate público pela razão dos fatos e o uso da organização interna do movimento para o convencimento da categoria para que fossem evitados os piquetes. Utilizaram com maestria os meios de comunicação existentes, vencendo a batalha na imprensa e organizando bem as informações entre os grevistas se usando disso para a mobilização.

Bibliografia

BATALHA, Cláudio H. M. Vida associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, PPG em História UFRGS, n. 08, p. 62-78, dez. 1997.

COSTA, Hélio da. Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953) In: FORTES, Alexandre et al. **Na Luta por Direitos: Estudos recentes em História Social do Trabalho**. Campinas: Ed.UNICAMP, 1999. p. 87-122.

FRENCH, Jonh D. **Afogados em leis**. A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

KAREPOVS, Dainis, et al. **A História dos Bancários: Lutas e conquistas 1923-1993**. São Paulo: Sindicato dos Bancários e Financieiros de São Paulo, 1994.

KOSCHIER, Paulo L. C. **Perfil dos Trabalhadores pelotenses na década de 1940 a partir das informações contidas nas fichas de qualificação da DRT-RS**. Pelotas: UFPel. (Trabalho de Conclusão da Especialização em História do Brasil), 2006.

LONER, Beatriz Ana. A história operária no Rio Grande do Sul. São Leopoldo: **Revista História UNISINOS**. nº Especial, V Encontro Estadual de História. jul/dez. p. 53-80, 2001.

MATTOS, Marcelo Badaró (Org.). **Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca 1945-1964**. Rio de Janeiro, Aperj/Faperj, 2003.

OLIVEIRA, Ana L. V. de S. C. **Sindicato e sindicalismo bancário**. Rio de Janeiro: EDUR, 1998.

PETERSEN, Sílvia R. F. Ainda o movimento operário como objeto historiográfico. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, PPG em História UFRGS, n.08, p. 62-78, 1997.